

ADESÃO DOS COSTUMES EM MONTAIGNE

VICTÓRIA BRITES FAJARDO- CNPQ

(vic.fajardo@hotmail.com)

Área: filosofia da renascença/ ética e política

RESUMO:

A temática desse artigo consiste em apresentar o posicionamento político do filósofo renascentista francês Michel de Montaigne. Em um contexto histórico marcado pelas guerras de religião, crise econômica e abalo do poder monárquico, o caos está instaurado na França, sobretudo no que diz respeito à religião oficial do país. O surgimento do protestantismo leva ao questionamento da legitimidade do rei e das leis, uma vez que estes estão baseados em interpretações católicas da bíblia. Para isso, Montaigne irá se posicionar dizendo que para terminar com a desordem política, dada pela divergência religiosa, os franceses deveriam ter uma religião oficial que assegurasse o governo, a paz e ordem da nação. O objetivo é vermos qual é o critério para que se estabeleça a religião oficial na França, qual será essa religião e como ela irá se articular com o plano político e também embasar a filosofia de Montaigneana.

Palavras chaves: Guerras de religião, fideísmo, costumes.

ABSTRACT:

The theme of this text is to present the political positioning of the French Renaissance philosopher Michel de Montaigne. In a historical context marked by the wars of religion economic crisis and jolt the monarchic power, the chaos is established in France, particularly in respect to the country's official religion. The emergence of Protestantism leads to the questioning of the legitimacy of the king and laws, since these are based on interpretations of the Catholic Bible. For this, Montaigne will position themselves saying that to end the political disorder, religious divergence given by the French should have an official religion would ensure the government, the peace and order of the nation. The objective is to see what the criteria are in order to establish the official religion in France, what will be this religion and how it will be articulated with political and also to base the philosophy of Montaigne.

Keywords: Wars of religion, fideism, customs.

Introdução

Será exposta neste trabalho a reflexão montaigneana sobre o papel da religião e dos costumes na esfera política, a partir do contexto histórico da França do século XVI e de dois ensaios escritos por Michel de Montaigne. O primeiro ensaio será a “Apologia de Raymond Sebond” (II, XII)- o qual iremos nos concentrar, especialmente na primeira objeção- e o segundo “Dos costumes e da inconveniência de mudar sem maiores cuidados as leis em vigor” (I, XXIII), como ensaio complementar ao primeiro.

A argumentação desenvolvida por Montaigne tem como ponto crucial a unidade da fé, que representa a unidade política, pois o conflito entre duas religiões (católicos e protestantes) levam a desagregação do corpo político e social do reino. Precisa-se então resolver esse impasse, escolhendo uma religião oficial francesa, mas antes será definido um critério confiável para aderir a alguma religião. De início o processo de adesão possui três aspectos importantes, ou três possíveis critérios: o primeiro é aquele que coloca a religião como sendo algo transcendental (homem tocado pelo raio da divindade); segundo a religião sendo definida através de um jogo argumentativo, isto é, racionalmente; e o último ponto apresenta a religião como costume.

1 Contexto histórico

A França do século XVI é marcada por uma agitação de acontecimentos que ameaçavam seu equilíbrio, devido uma “crise huguenote” (Auerbach, p145). A religião vigente desde a Idade Média era o catolicismo, e a partir de 1517 foi iniciada fora de Roma uma renovação da Igreja conhecida como Reforma Protestante, essa recebeu repúdio por parte do catolicismo e é esse movimento contrário a Reforma que será denominado manifestações antiprotestantes.

O motivo do surgimento de uma nova denominação do cristianismo teria sido dado devido à devassidão e impureza que invadia o catolicismo e divergências na interpretação das doutrinas. As doutrinas protestantes se justificavam principalmente por duas maneiras, a primeira que se dava através da articulação das novas doutrinas com o contexto histórico de forma dedutiva, exemplo: a justificação pela fé supõe a existência do pecado original como causador

dos males da época, como as guerras e pestes que assolavam vários países da Europa. Isso cria na sociedade um sentimento de culpa e, portanto a necessidade de um perdão coletivo, que segundo as doutrinas luteranas eram fornecidos de graça.

A segunda forma de justificativa das inovações doutrinárias era através da Palavra Revalada (Bíblia), esta era vista como uma autoridade infalível, pois não poderíamos confiar no homem, mas sim naquele que o ilumina, isto é, Deus através da Bíblia. No que diz respeito do Livro Sagrado temos uma grande contribuição humanista responsável pela descoberta de vários manuscritos e introdutora de um método crítico filológico nas ciências religiosas. Esse humanismo apesar de acreditar no pecado original, não se mantinha nele, eles se preocupavam mais com uma religião cristã baseada na imitação de Cristo com o menor número de dogmas possíveis, diferentemente de Lutero que colocava sua preocupação central no tema da salvação.

Com essa breve reflexão histórica sobre o nascimento do protestantismo, passemos a ver quais foram seus impactos na Europa e, sobretudo na França.

Com a morte do rei da França Francisco I, o príncipe Henrique II se casa com a florentina Catarina de Médici e juntos se tornam respectivamente rei e rainha da França. Suas medidas regidas com o protestantismo foram bem conhecidas, como por exemplo, do Edito Écouen (2 de junho de 1559) que permitia a morte de qualquer reformado em fuga ou revoltoso, mesmo sem julgamento. Henrique II faleceu muito cedo e com isso seu filho Francisco II assume o trono afastando assim Catarina de Médici do poder, agora ocupados pela família Guise.

Com a crescente intolerância com os protestantes, os reformados alegam que o rei possui maus conselheiros e planejam um ataque contra os Guise, nesse plano eles são descobertos e punidos com a morte juntos com nobres que apoiavam práticas protestantes subversivas.

Após essa estratégia mal sucedida, Catarina volta ao poder (cerca de um ano depois), devido à morte de seu filho e ascensão do Carlos IX (seu filho de apenas dez anos). Ela escolhe Michel de L'Hôpital para ser seu conselheiro, ele por sua vez redige um edito para distinguir o herege do sedicioso, convocando um colóquio entre pastores e bispos. Em primeiro de janeiro de 1562 é criado o Edito de Janeiro permite uma liberdade de culto dos protestantes.

Em reação ao edito, revoltosos católicos liderados por Guise planejam um ataque aos protestantes dando assim início as Guerras de Religião. São oito grandes guerras ao total, sendo as sete primeiras nitidamente separadas por Tratados de pacificação que em geral terminam devido a golpes de forças de algumas das partes (católicos ou protestantes) em resposta a decisão tomada nos Tratados.

Em 1572 temos o casamento de Henrique de Navarra com a irmã do rei Margueritte de Valois, para essa ocasião foi traçado um plano de extermínio aos protestantes presentes na cerimônia. A noite de São Bartolomeu causa um choque entre o pensamento político e religioso, levando assim a morte de várias pessoas, o massacre dará início à quarta Guerra de Religião. O ato é festejado pelos católicos e suas consequências só terminam em 1598 com o Edito de Nantes. A atitude encoraja muitos protestantes, e mesmo no ambiente de Guerra contra a Espanha, a França tenta se consolidar novamente. Em 1574 morre Carlos IX, Henrique de Navarra se assume como líder político e militar do partido huguenote, já que depois da Noite de São Bartolomeu teve de forçosamente se converter ao catolicismo.

Com a morte do Duque de Anjou Henrique de Navarra se torna herdeiro da coroa, porém ele é excomungado pelo papa em 1585 através do Edito de Nemours, tirando todos os seus direitos, iniciando assim a guerra pelo poder dos três Henriques: Henrique de Navarra, Henrique III e Henrique de Guise que se enfrentam por três anos (1586-1589). Esse conflito se encerra com a morte de Henrique de Guise e o poder nas mãos de Henrique de Navarra e Henrique III, porém em 1589 com o assassinato de Henrique de Guise a mando de Henrique III, ele se torna alvo de um monge que o assassinou em 1589, levando assim a coroação de Henrique de Navarra, isto é, o rei Henrique IV.

As Guerras de Religião se encerram com a assinatura do Rei Henrique IV do Edito de Nantes, que era um edito de pacificação e que mantinha a religião católica como oficial da França, entretanto permitia o culto das religiões reformadas.

Mesmo com essa questão de dominação política há quem pense em uma França que permita uma liberdade religiosa um pouco maior, ou seja, que permite a presença do catolicismo

e do protestantismo simultaneamente. Essa discussão foi feita por Michel de L'Hôpital, sobre por que um rei não pode aprovar duas religiões, e a justificativa é que do papel religioso é aquele que alicerça o direito e o governo, o questionamento ou a flexibilidade religiosa levaria ao questionamento e flexibilidade das leis.

2 Reflexão Montaigniana acerca do contexto histórico

No ensaio “Apologia de Raymond Sebond” Montaigne nos explica que Sebond é um teólogo que tenta embasar a fé através da razão, ele então receberá duas objeções, uma por parte dos católicos e outra por parte dos protestantes. A primeira objeção diz que o projeto de Sebond não é bom, pois o catolicismo nós o recebemos exclusivamente pela fé; e a segunda objeção diz que os argumentos de Sebond são muito fracos.

Sua argumentação se inicia com a afirmação de que a fé vem de Deus e que é algo transcendental, pois quem consegue explicar a forma que se é atingido pelo raio da divindade? Deus sendo soberano sobre tudo e todos, quando ele nos toca, faz de nós seus servos. Quando servimos a Deus, devemos servi-lo com tudo o que somos e temos, e isso inclui a razão humana (dada por Deus) e essa é uma manifestação da fé em nós, isto é, uma vida de servidão completa. Se não há a entrega total de tudo o que somos ao divino, começamos a nos perguntar: será de fato fomos tocados por Deus?

Não se pode deixar de notar a forma de sutil que se constrói a defesa de Sebond, pois se a atitude dele perante aos fideístas foi errada, porque a fé não é racional, Montaigne inverte a crítica dizendo que ser tocado pela fé é servir a Deus também com a razão e Sebond faz isso, quem não serve a Deus com tudo o que possui são os objetores, pois eles excluem sua razão da servidão a Deus.

Aqueles que afirmam possuir a religião não parecem tocados pela graça, e sim que se liga a Deus somente por meios humanos, pois se fossemos tocados efetivamente por Deus eles possuiriam características que os fariam ser reconhecidos em todos os lugares. Primeiro se eles tivessem fé possuiriam uma certeza inabalável nas doutrinas cristãs, porém havia um número

relevante de católicos se convertendo ao protestantismo, mostrando que o homem não possui constância alguma em sua crença, ou seja, ela é manipulada facilmente.

Outra marca que fariam os cristãos conhecidos seriam suas virtudes, pois uma vez tocado pelo raio da divindade, a fé produziria em nós uma mudança de caráter, que seria expressa no mundo por meio das virtudes, entre elas a temperança, amor, caridade, bondade e justiça. Esses primeiros objetores, que se dizem tocados pela fé, são os mesmos que participam dos conflitos religiosos que assolam a França. Um grupo de religiosos que leva seus dogmas as últimas consequências, sem demonstrar moderação ou piedade com os seus adversários, e que possuem um senso de justiça tão aguçado a ponto de fazerem a própria justiça. Onde estão as virtudes do homem tocado pela graça? Será que de fato foram? São esses os questionamentos que permeiam boa parte da Apologia.

Montaigne se vê diante de um problema: a religião tem como fonte de autoridade a fé, e parece não haver homens tocados por ela, como ela se sustenta e como pode se sustentar, uma vez que a religião possui um papel crucial na unidade política e social do país? Parece-nos que o critério fideísta se torna insuficiente para aderirmos oficialmente a uma religião, pois ele atinge apenas no nível pessoal e tentar impor uma religião baseada somente na fé, sendo que esta não depende de nós, esse não seria, portanto o critério adequado para escolhermos uma religião.

Outro meio para aderir a uma religião seria através da razão, em boa parte é apresentada na segunda objeção, Montaigne então através de argumentos céticos, desconstrói a soberania da razão, dizendo que a razão, a ciência e a própria condição humana (dada como superior aos outros animais) não passam de vaidades. Pois não importa o quanto nos esforcemos para bem argumentar e defender uma tese, é sempre possível argumentarmos contrariamente, ou seja, se temos boas razões para defender P, temos também bons motivos para defender ~P, dessa forma suspenderemos nosso juízo e veremos que não encontramos nenhuma verdade, só possuímos opiniões. Defender racionalmente o catolicismo ou o protestantismo é um critério facilmente manipulado de acordo com a vontade de alguém.

Encarando os dois critérios acima apresentados, qual a maneira de aderirmos a religião? Dizer que a religião não é aceita por crença é tirar da religião o elemento que constitui sua autoridade, ou seja, a fé. Como manter a religião agora se ela perdeu sua autoridade intrínseca?

No texto da Apologia, Montaigne nos apresenta o homem tocado pela fé e fala brevemente do homem que abraça humanamente a religião através dos costumes, é desse último homem que trataremos agora. Antes de falarmos da aceitação da religião por meio dos costumes, precisamos primeiramente entender como o hábito se aloja na sociedade.

O ensaio “dos Costumes” se inicia com a história de uma mulher que criava um bezerro e carregava-o no colo, todavia com o tempo ele se torna boi e ela permanece carregando-o. Os costumes são adquiridos por nós desde a infância, pois já bebemos, segundo Montaigne, o leite dos costumes quando nascemos. Esses hábitos podem ser repassados de vários modos, entre eles a educação, por exemplo, e se alojam e criam em nós uma autoridade tão grande a ponto de persuadir nossa percepção sensível e a própria razão.

Um costume encarado como verdade se deve à autoridade que ele possui, pois não há nada que ele não possa fazer contra ele, criando assim um aspecto de naturalidade e é essa mesma naturalidade que o faz parecer espontaneamente verdadeiro. Dessa maneira nós acreditamos nele e somos persuadidos por ele em todos os aspectos de nossa vida individual e social.

Um desses aspectos que o hábito nos persuade é no exercício do juízo. Logo, é importante reconhecermos que um costume está baseado na opinião e, portanto não é fruto de um julgamento imparcial e sim de um juízo manipulado pelos próprios costumes, isto é, existe uma persuasão no processo racional. Para esclarecer o fundamento dos costumes como crença e não como verdade o autor inicia catalogando costumes singulares de outros povos que parecem tão lógicos quanto os hábitos europeus, nos levando a questionar: qual costume é o correto (relatividade cultural)?

Diante da relatividade e da obrigação em seguir esses costumes, começaremos a pensar a religião. Os costumes são nesse momento colocados por Montaigne na esfera da crença, o que pode ser considerado como uma atitude anti-dogmática e, assim uma prevenção à presunção, não colocando nenhuma religião como verdade e sim mostrando que todas são válidas. Como decidir

qual religião escolher diante de tantas possibilidades? Escolheremos a religião dos costumes e como consequência da religião, na esfera da crença, terá o governo e as leis na mesma categoria. Montaigne afirmará, conseqüentemente que se obedecem às leis não porque elas sejam essencialmente justas, mas porque são leis e cremos que são justas.

No Ensaio dos costumes Montaigne colocou que não haveria homens tocados pela graça e sim homens que poderiam humanamente abraçar a religião, porém como tirar da religião aquilo lhe constitui sua autoridade (fé)? No ensaio “Dos costumes” Montaigne está colocando a religião no domínio das crenças, onde ela é gerada pelos costumes e isso por si só é solapar qualquer fundamento dogmático e revesti-lo de uma nova fonte de autoridade (costume), assim receber a religião por meios humanos é torná-la mais acessível e também mais sólida.

Manter o catolicismo é reforçar leis e governo, incentivar as virtudes cristãs que são úteis para manter a ordem no reino e firmar as doutrinas católicas no âmbito da tradição evitando assim mudanças de dogmas.

Os costumes se fazem necessário porque precisamos de um elemento unificador do corpo social do reino, dois elementos que permitem essa unificação são a política e a religião, pois ambas dependem uma da outra. Essa ideia de unificação, através de costumes comuns, vem do conceito de simultaneidade de crenças na esfera pública que caso não haja, causa o caos no governo e conseqüentemente na sociedade e é nesse ponto que articularemos com a questão de manter os costumes ou ser contra a novidade.

Montaigne diz que é contra a novidade, não importa a sua aparência, pois os protestantes, abriram as portas para novidade e abalaram o edifício dos costumes, entre eles a monarquia, pois a revolta contra a autoridade religiosa incentivou o questionamento das outras autoridades entre elas a política, desestabilizando assim o governo. Para embasar melhor sua tese de que não devemos mudar, o autor começa a se perguntar por que nós mudamos, pois se já reconhecemos a relatividade cultural, ou seja, que não possuímos a verdade e somente a crença, qual a real necessidade de apresentarmos a mudança?

A novidade acontece quando tiramos nossas ideias do âmbito privado e as colocamos no âmbito público, ao tentarmos impor nossa opinião sobre um costume, julgando-a melhor. Valorizamos tanto as nossas ideias a ponto de querer vê-las vitoriosas sem nos preocuparmos com os impactos sociais que elas podem causar entre eles o fim da paz pública. Tal atitude se deve a nossa presunção, de acharmos que nossa opinião é melhor do que a tradição já dada, portanto devemos ser humildes e abrir mão de nossas ideias na esfera pública, mas privadamente temos o direito de pensarmos livremente.

Dessa forma, aderir ao catolicismo através do costume propor uma possível solução a questão, não com uma leitura teológica ou epistemológica e sim com uma leitura política, que visa à paz e coesão do corpo político. Além disso, conhecer e aceitar um costume são formas conhecer a própria natureza humana, não na sua essência, mas naquilo que nos é permitido, possibilitando assim Montaigne se apropriar dele mesmo, tal como ele propõe como objetivo de sua filosofia e motivo que o incentiva a começar a escrever “Os Ensaios”.

4 Bibliografia

- Montaigne, Michel de. *Os Ensaios* (tradução brasileira Rosemary C. Abílio) São Paulo: Martins Fontes, 2006 - Volume I e II
- “Do costume- e de não mudar facilmente uma lei aceita” (I, XXIII)
- “Apologia de Raymond Sebond” (II, XII)
- Eva, Luiz. *Montaigne contra a vaidade: Um estudo sobre ceticismo na “Apologia de Raymond Sebond”*, São Paulo: Humanitas, 2004.
- Tournon, André. *Montaigne*, São Paulo: Discurso Editorial,
- Auerbach, Erich. *Ensaio de literatura Ocidental*, São Paulo: Editora 34, 2007 - “O escritor Montaigne”.
- Starobinski, Jean. *Montaigne em Movimento*, São Paulo: Companhia das letras, 1993 –Prefácio e Capítulo I

Artigos

Cardoso, Sérgio. Uma fé, um rei, uma lei. In: Aduato Novaes. (Org.). A crise da razão política na França das guerras de religião. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras/Ministério da Cultura/Funarte, 1996, v., p. 173-193.